



Concurso Público para provimento de vagas de

**Analista Ministerial
Área Serviço Social**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'I09', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto abaixo.

Quando, em 1890, Vincent van Gogh (1853-1890) se dispôs a pintar uma noite estrelada e se pôs diante da tela em branco, nada ali indicava por onde começar. Mas acordara, naquele dia, decidido a inventar uma noite delirantemente estrelada, como imaginava frequentemente e não se atrevia a fazê-lo não se sabe se por temer errar a mão e pôr a perder o sonho ou se porque preferia guardá-lo como uma possibilidade encantadora, uma esperança que o mantinha vivo.

Aliás, já tentara antes expressar na tela seu fascínio pelo céu estrelado. Um ano antes, pintara duas telas em que fixava a beleza do céu noturno – uma dessas telas mostra a entrada de um café com mesas na calçada e, ao fundo, no alto, o céu negro pontado de estrelas; a outra tela é uma paisagem campestre sob as estrelas. Mas eram como ensaios, tentativas de aproximação do tema que continuava a exigir dele a expressão plena, ou melhor, extrema, como era próprio de sua personalidade apaixonada.

Vincent van Gogh era uma personalidade difícil de explicar, mas um pintor genial ele foi, sem dúvida. E uma de suas obras-primas é, certamente, aquela "Noite Estrelada" de 1889.

Imagino o momento em que se dispôs a pintá-la: tem diante de si a tela em branco e pode ser que esteja ao ar livre em plena noite. Mas a noite real é pouca. A noite que deseja pintar é outra, mais bela e mais feérica que a real. Por isso, a tela em branco é um abismo. Um abismo de possibilidades infinitas, já que a noite que gostaria de pintar não existe, mas deveria existir, pois o seu sonho a deseja.

Como começar a pintá-la, se ela não existe? Diante da tela em branco, tudo é possível e, por isso mesmo, nada é possível, a menos que se atreva a começá-la. E assim, num impulso, lança a primeira pincelada que, embora imprevista, reduz a probabilidade infinita do vazio e dá começo à obra.

E assim foi que a sucessão de pinceladas, de linhas e cores, aos poucos definiu uma paisagem noturna que era mais céu que terra: um pinheiro que liga o chão ao céu e, lá adiante, a pequena vila sobre a qual uma avassaladora tormenta cósmica se estende, como se assistíssemos ao nascer do Universo.

(Adaptado de Ferreira Gullar. **Folha de S. Paulo**, 17/06/12)

1. É INCORRETO afirmar que o autor
- (A) aborda o tema da dificuldade do artista em iniciar uma obra.
 - (B) expõe a admiração que sente pela produção artística de van Gogh.
 - (C) destaca a relevância da tela "Noite Estrelada" na trajetória artística de van Gogh.
 - (D) assinala que o artista prescinde de técnica para dar vazão à criatividade.
 - (E) narra, em certos momentos, o processo de criação do pintor como se o tivesse presenciado de fato.

2. ... *mais bela e mais feérica que a real.* (4º parágrafo)
- Mantendo-se a correção e a lógica, o termo grifado acima pode ser substituído por:
- (A) ofuscante.
 - (B) manifesta.
 - (C) humilde.
 - (D) controversa.
 - (E) transparente.
3. Fazendo-se as alterações necessárias, o termo grifado foi corretamente substituído por um pronome em:
- (A) *decidido a inventar uma noite* = decidido a inventá-la
 - (B) *expressar [...] seu fascínio pelo céu estrelado* = expressar-lhe
 - (C) *tem diante de si a tela em branco* = tem-a diante de si
 - (D) *Imagino o momento* = Imagino-lhe
 - (E) *definiu uma paisagem noturna* = definiu-na
4. ... *ou se porque preferia guardá-lo...*
- O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está também grifado em:
- (A) ... se dispôs a pintar uma noite estrelada...
 - (B) ... em que fixava a beleza do céu noturno...
 - (C) ...se assistíssemos ao nascer do Universo.
 - (D) ... acordara, naquele dia...
 - (E) ... mas deveria existir...
5. *E assim, num impulso, lança a primeira pincelada...*
- Transpondo-se a frase acima para a voz **passiva**, a forma verbal resultante será:
- (A) foi lançada.
 - (B) é lançada.
 - (C) fora lançada.
 - (D) lançaram-se.
 - (E) era lançada.
6. *E assim, num impulso, lança a primeira pincelada que, embora imprevista...*
- Mantendo-se a correção e a lógica, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o elemento grifado acima pode ser substituído por:
- (A) contudo.
 - (B) entretanto.
 - (C) apesar de.
 - (D) porém.
 - (E) enquanto que.
7. Substituindo-se o segmento grifado pelo que está entre parênteses, o verbo que deverá flexionar-se em uma forma do **plural** está em:
- (A) ... o momento em que se dispôs a pintá-la... (os momentos)
 - (B) ... sobre a qual uma avassaladora tormenta cósmica se estende... (avassaladoras tormentas cósmicas)
 - (C) ... uma dessas telas mostra a entrada de um café com mesas na calçada... (cafés com mesas na calçada)
 - (D) ... a sucessão de pinceladas, de linhas e cores, aos poucos definiu uma paisagem noturna... (as paisagens noturnas)
 - (E) ... tem diante de si a tela em branco... (telas em branco)



Atenção: As questões de números 8 a 15 referem-se ao texto abaixo.

A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa. Não se trata de deslocamentos de população provocados por pressão demográfica ou de grandes movimentos de povos determinados pela ruptura de um sistema cujo equilíbrio se mantivesse pela força. O comércio interno europeu, em intenso crescimento a partir do século XI, havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV, quando as invasões turcas começaram a criar dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive manufaturas. O restabelecimento dessas linhas, contornando o obstáculo otomano, constitui sem dúvida alguma a maior realização dos europeus na segunda metade desse século.

A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente. De início pareceu ser episódio secundário. E na verdade o foi para os portugueses durante todo um meio século. Aos espanhóis revertem em sua totalidade os primeiros frutos, que são também os mais fáceis de colher. O ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do altiplano andino é a razão de ser da América, como objetivo dos europeus, em sua primeira etapa de existência histórica. A legenda de riquezas inapreciáveis por descobrir corre a Europa e suscita um enorme interesse por novas terras. Esse interesse contrapõe Espanha e Portugal, "donos" dessas terras, às demais nações europeias. A partir desse momento a ocupação da América deixa de ser um problema exclusivamente comercial: intervêm nele importantes fatores políticos. A Espanha – a quem coubera um tesouro como até então não se conhecera no mundo – tratará de transformar os seus domínios numa imensa cidadela. Outros países tentarão estabelecer-se em posições fortes.

O início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias.

(Fragmento adaptado de Celso Furtado. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. S.Paulo: Cia. das Letras, 2007. p. 25)

8. O fato de a descoberta da América ter parecido, num primeiro momento, um *episódio secundário* explica-se, segundo o autor,

- (A) por conta das disputas entre Portugal e Espanha, de um lado, e os demais países europeus, de outro, pela descoberta de novas terras no oriente.
- (B) em função dos embates políticos entre os países europeus, mais preocupados em estabelecer posições de força na própria Europa do que com as novas terras.
- (C) por estar inserida no contexto maior da expansão do comércio europeu e, particularmente, das relações comerciais da Europa com o oriente.
- (D) porque inicialmente coube apenas aos espanhóis o estabelecimento de relações comerciais intensas com os povos americanos, ricos em ouro.
- (E) pela maior preocupação que tinham os europeus com as invasões turcas, que ameaçavam a própria independência de países como Portugal e Espanha.

9. O segmento do texto corretamente expresso em outras palavras está em:

- (A) *provocados por pressão demográfica* = demandados por movimentos civis e democráticos
- (B) *numa imensa cidadela* = num município gigantesco
- (C) *legenda de riquezas inapreciáveis* = descrição de tesouros inacessíveis
- (D) *a razão de ser da América* = o maior motivo americano
- (E) *um episódio dessa obra ingente* = um evento desse trabalho grandioso

10. Atente para as afirmações abaixo sobre a construção do texto.

- I. *Não se trata de deslocamentos de população provocados por pressão demográfica ou de grandes movimentos de povos determinados pela ruptura de um sistema cujo equilíbrio se mantivesse pela força.* (1º parágrafo)

Com essa frase, o autor procura reforçar o argumento inicial sobre o caráter comercial da ocupação das terras americanas e, ao mesmo tempo, diferenciá-la de ocupações determinadas por outras razões.

- II. *A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente.* (2º parágrafo)

Essa frase introduz um novo tópico, a ser desenvolvido ao longo do parágrafo, com a qual o autor procura relativizar algumas das afirmações feitas no primeiro.

- III. *O início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias.* (3º parágrafo)

A frase final contrapõe-se à afirmação inicial do texto, de modo a separar claramente os fatores que levaram à ocupação das terras brasileiras daqueles que resultaram na ocupação da América espanhola.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.



11. Aos espanhóis revertem em sua totalidade os primeiros frutos...

O verbo grifado acima tem o mesmo tipo de complemento que o verbo empregado em:

- (A) *A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente.*
- (B) *... e suscita um enorme interesse por novas terras.*
- (C) *O restabelecimento dessas linhas [...] constitui sem dúvida alguma a maior realização dos europeus...*
- (D) *Não se trata de deslocamentos de população...*
- (E) *Esse interesse contrapõe Espanha e Portugal, "donos" dessas terras, às demais nações europeias.*

12. ... intervêm nele importantes fatores políticos.

O segmento em destaque exerce na frase acima a mesma função sintática que o elemento grifado exerce em:

- (A) *A partir desse momento a ocupação da América deixa de ser um problema exclusivamente comercial...*
- (B) *A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa.*
- (C) *A legenda de riquezas inapreciáveis por descobrir corre a Europa...*
- (D) *O comércio interno europeu [...] havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV...*
- (E) *Outros países tentarão estabelecer-se em posições fortes.*

13. A afirmação INCORRETA sobre a pontuação empregada em um segmento do segundo parágrafo do texto é:

- (A) Em *A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente*, a retirada simultânea das vírgulas manteria, em linhas gerais, o sentido da frase.
- (B) Em *De início pareceu ser episódio secundário*, uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois do termo *início*, sem prejuízo para a correção e a lógica.
- (C) Em *A Espanha – a quem coubera um tesouro como até então não se conhecera no mundo – tratará de transformar os seus domínios numa imensa cidade*, os travessões poderiam ser substituídos por vírgulas, sem prejuízo para a correção e a lógica.
- (D) Em *Esse interesse contrapõe Espanha e Portugal, "donos" dessas terras, às demais nações europeias*, o emprego das aspas denota a atribuição de um sentido particular ao termo destacado.
- (E) Em *A partir desse momento a ocupação da América deixa de ser um problema exclusivamente comercial: intervêm nele importantes fatores políticos*, os dois-pontos indicam uma quebra da seqüência das ideias.

14. *A Espanha – a quem coubera um tesouro como até então não se conhecera no mundo – tratará de transformar os seus domínios numa imensa cidade.*

A correção da frase acima será mantida caso, sem qualquer outra alteração, os elementos sublinhados sejam substituídos, respectivamente, por:

- (A) buscará - alterar
- (B) fará - conformar
- (C) insistirá - modificar
- (D) cuidará - converter
- (E) não deixará - fazer

15. *O comércio interno europeu, em intenso crescimento a partir do século XI, havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV, quando as invasões turcas começaram a criar dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive manufaturas.*

Uma nova redação para a frase acima que mantém a correção e, em linhas gerais, o sentido original é:

- (A) Tendo alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV, o comércio interno europeu, que estava em intenso crescimento mesmo a partir do século XI, já começando as invasões turcas a criarem dificuldades crescentes aos produtos de alta qualidade, inclusive manufatura, em suas linhas orientais de abastecimento.
- (B) A partir do século XI, o comércio interno europeu, em intenso crescimento, alcançou um elevado grau de desenvolvimento quando, no século XV, haviam dificuldades crescentes, que começaram a serem criadas pelas invasões turcas, com as linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive manufaturas.
- (C) No século XV, no momento em que dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive manufaturas, começaram a ser criadas pelas invasões turcas, já havia alcançado o comércio europeu, em intenso crescimento desde o século XI, um elevado grau de desenvolvimento.
- (D) Quando no século XV começou-se a criar dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, mesmo manufaturas, com as invasões turcas, à medida em que havia alcançado o comércio europeu, em intenso crescimento desde o século XI, um elevado grau de desenvolvimento.
- (E) Ao começar as invasões turcas, no século XV, criando dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive as manufaturas, o comércio interno europeu, em cujo intenso crescimento já havia alcançado um alto grau de desenvolvimento, desde o século XI.



Legislação Aplicada ao Ministério Público do Estado do Amapá

16. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amapá (Lei Complementar nº 0009/1994 e alterações posteriores), no que concerne à autonomia funcional, é INCORRETO afirmar que cabe ao Ministério Público do Estado do Amapá

- (A) propor ao Poder Legislativo a criação dos cargos de seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos respectivos vencimentos.
- (B) praticar atos de gestão, bem como praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios.
- (C) elaborar sua folha de pagamento e expedir os competentes demonstrativos, bem como adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização.
- (D) elaborar sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e encaminhá-la ao Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, o qual, após os ajustes e apreciações que entender cabíveis, a enviará ao Governador do Estado.
- (E) prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção e demais formas de provimento derivado.

17. De acordo com a Lei Complementar nº 0047/2008, que dispõe sobre a Estrutura organizacional do Ministério Público do Estado do Amapá, a Seção de Consignação, a Divisão de Engenharia e Arquitetura e o Departamento de Finanças e Contabilidade pertencem, respectivamente,

- (A) ao Departamento de Apoio Administrativo, ao Departamento de Recursos Humanos e à Diretoria Geral.
- (B) à Diretoria Geral, ao Departamento de Apoio Administrativo e ao Departamento de Recursos Humanos.
- (C) ao Departamento de Recursos Humanos, ao Departamento de Apoio Administrativo e à Diretoria Geral.
- (D) à Diretoria Geral, ao Departamento de Recursos Humanos e ao Departamento de Apoio Administrativo.
- (E) ao Departamento de Apoio Administrativo, à Diretoria Geral e ao Departamento de Recursos Humanos.

18. De acordo com a Lei Complementar nº 0046/2008, que dispõe sobre o plano de carreira, cargos e remuneração dos servidores efetivos, bem como dos cargos comissionados do Ministério Público do Estado do Amapá, será exercido privativamente por Bacharel em Direito nomeado dentre os integrantes do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Amapá o cargo em comissão de

- (A) Diretor do Departamento de Finanças e Contabilidade.
- (B) Diretor-Geral.
- (C) Diretor de Assessoria de Controle Interno.
- (D) Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.
- (E) Diretor da Assessoria de Procedimentos Cíveis e Criminais de 1º e 2º graus.

19. De acordo com a Lei nº 0066/1993, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Amapá, a Administração Pública poderá deferir, quando do interesse público, a seu juízo, conversão de 1/3 (um terço) de férias em abono pecuniário, se requerido pelo servidor,

- (A) a qualquer tempo, desde que de forma fundamentada.
- (B) no período mínimo de 60 dias de antecedência do início do gozo.
- (C) no período mínimo de 30 dias de antecedência do início do gozo.
- (D) no período mínimo de 45 dias de antecedência do início do gozo.
- (E) a qualquer tempo, desde que faça o requerimento diretamente para a Corregedoria Geral.

20. No que concerne às Procuradorias de Justiça, considere:

- I. É obrigatória a presença de Procurador de Justiça nas sessões de julgamento dos processos da respectiva Procuradoria.
- II. Os Procuradores de Justiça não têm atribuição para exercer inspeção permanente dos serviços dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiem, por tratar-se de atribuição privativa da Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- III. Os Procuradores de Justiça das procuradorias de Justiça cíveis e criminais que oficiem junto ao mesmo Tribunal, reunir-se-ão para fixar orientação jurídica, com caráter vinculativo, encaminhando-as ao Procurador-Geral de Justiça.
- IV. À Procuradoria de Justiça compete, dentre outras atribuições, escolher o Procurador de Justiça responsável pelos serviços administrativos da Procuradoria.

De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amapá (Lei Complementar nº 0009/1994 e alterações posteriores), está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e IV.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. A Constituição Federal de 1988 trouxe avanços com o reconhecimento da Assistência Social no campo da Política Pública e a consequente instauração do Sistema Único de Assistência Social. Esse avanço pode ser identificado, a partir
- (A) da implantação do Programa Comunidade Solidária, utilizada como estratégia adotada pelo Governo Federal, na valorização do papel da sociedade civil na efetivação de parcerias entre o público e o privado.
 - (B) do estabelecimento e fortalecimento da relação convenial diretamente com as entidades sociais como forma de operacionalização das ações nessa área, nas três esferas de governo, e da manutenção do papel do Conselho Nacional de Assistência Social no processo de emissão da certificação para os serviços não governamentais da área social.
 - (C) da regulação e organização de um sistema com um conjunto articulado de benefícios, programas, projetos, serviços, como forma de afiançar os direitos socioassistenciais.
 - (D) da ênfase na interlocução entre o Estado e a Sociedade Civil, que passou a ser realizada tendo como principal canal as Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite.
 - (E) da substituição da perspectiva do direito para a do voluntarismo, com a instituição de mecanismos que possibilitaram o repasse financeiro de uma esfera de governo para outra com o objetivo de atender às situações emergenciais e sem regularidade.
-
22. Aldaíza Sposati (2009), ao tratar da recente trajetória da Política de Assistência Social que passou a adotar o paradigma do campo público governamental e se tornar afiançadora de direitos, considera imprescindível algumas mudanças:
- I. O exercício racional da gestão estatal fundado em princípios e valores sociais, como direitos, cidadania e dever de Estado, fora do escopo que compõe culturalmente as práticas sociais no Brasil.
 - II. A gestão dessa política deixa de ser reativa para ingressar na atuação proativa, prevenindo e reduzindo as desproteções sociais.
 - III. A criação de espaços de decisão democrática com representação da sociedade civil, constituindo-se área de gestão estatal e pública.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
23. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) aponta para muitos avanços nos últimos anos. A Política Nacional em vigor tem como funções a
- (A) proteção a crianças, adolescentes e idosos, com foco na garantia de acesso aos bens sociais, ao trabalho, e a formação profissional.
 - (B) proteção social hierarquizada em alta e média complexidade, a formação profissional e a vigilância social.
 - (C) proteção social hierarquizada em básica e especial, a vigilância social e a defesa de direitos socioassistenciais.
 - (D) proteção à maternidade e infância com base no ECA, a vigilância social e a formação profissional.
 - (E) defesa de direitos, a proteção aos idosos e crianças como prioridade nacional, a proteção social hierarquizada em comunitária e institucional.
-
24. O neoliberalismo, proposição consagrada em 1990, com a adoção de políticas de ajustes num contexto de crise global do modelo de acumulação capitalista, possui como característica, dentre outras,
- (A) forte intervenção estatal no mercado, como uma estratégia para o enfrentamento do desemprego e subemprego e da informalidade do trabalho.
 - (B) o privilegiamento do mercado e a responsabilização das causas e a superação dos problemas sociais sob a perspectiva individual.
 - (C) instituição de medidas trabalhistas que fortalecem o sistema de proteção social direcionado aos trabalhadores.
 - (D) prioridade de investimento em políticas sociais como forma de combate à pobreza.
 - (E) implantação de mecanismos de incentivo ao mercado para a manutenção da estabilidade no trabalho.



25. O conhecimento das diferenças dos modelos do Estado tem relevância para a compreensão das políticas sociais. São diferenças trazidas pelo modelo de Estado Social em relação ao Estado liberal:
- I. a politização das relações civis por meio da intervenção do Estado na economia, e na garantia dos direitos sociais dos cidadãos.
 - II. a legalização e o reconhecimento da classe operária e de suas organizações.
 - III. a instituição de uma sociedade concebida como somatório de pessoas, na qual os indivíduos não estão organizados em classe social.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
26. A prática profissional do assistente social insere-se num contexto institucional. A leitura das organizações, a partir da lógica burocrática, como sistemas racionais legais aponta como características:
- (A) as autoridades são tradicionais sem que haja preocupação com a derivação racional legal e as relações tendem a ser pessoais.
 - (B) as relações são pessoais e seus dirigentes produzem regras para ampliar o controle, a organização pauta-se pela descentralização.
 - (C) os sistemas sociais são formais, impessoais, dirigidos por profissionais que tendem a controlá-los cada vez mais.
 - (D) os sistemas sociais primam pelas regras, mas definem muitos mecanismos para que perdue a visão democrática, cujos dirigentes têm obrigações de garantir o trânsito da informação.
 - (E) as autoridades sustentam-se pela regra e ordem, no entanto não há necessariamente precisão e rigidez em seu sistema de mando.

27. Maria da Glória Gohn (1997) ao estudar a teoria dos movimentos sociais conclui que:

- I. eles são fluídos, fragmentados e perpassados por outros processos sociais, como uma teia de aranha eles tecem redes que se quebram facilmente, dada a sua fragilidade.
- II. eles são como as ondas do mar que vão e voltam, constroem ciclos na história, ora delineando fenômenos bem configurados, ora saindo nas sombras e penumbras, como névoa esvoaçante.
- III. os movimentos progressistas contribuem para a redefinição das utopias, para restaurar a esperança e a crença de que vale a pena lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
28. A Constituição Federal de 1988 possibilitou a instituição, em leis complementares, da implantação dos Conselhos Gestores e de Defesa de Direitos, que têm como papel
- (A) cumprir a função de antidoto às resistências das camadas populares frente ao Poder Público, por proporcionar uma pseudo participação.
 - (B) o exercício do controle social com a participação da população na definição de diretrizes e fiscalização de políticas públicas.
 - (C) amenizar os conflitos existentes entre Governo e Sociedade Civil para fortalecer as iniciativas propostas no interior dos aparatos governamentais.
 - (D) possibilitar o fortalecimento da cultura tradicional que privilegia a sobreposição do poder do Estado, na relação entre Governo e Sociedade Civil.
 - (E) constituir-se com composição homogênea para que a execução das proposições possam ser realizadas com maior celeridade.



29. Nos últimos anos, o Brasil assistiu o aumento significativo da criação de conselhos de políticas sociais setoriais que trazem uma marca de democratização da gestão Pública. Constituem desafios para essa instância participativa
- (A) tornar-se cada vez mais conselhos consultivos, na medida em que guardam em sua composição diferentes segmentos populacionais, e excluir a responsabilização do Estado.
 - (B) superar a participação dos conselhos apenas como espaços de melhoria gerencial do Estado, e reconstruir os princípios de uma sociedade mais democrática com a responsabilização do Estado.
 - (C) modificar suas leis, sucumbindo a modalidade de conselhos por políticas públicas setoriais, e criar conselhos de desenvolvimento social e econômico.
 - (D) ampliar sua capacidade de participação e executar ações em parceria com o Estado para que a desigualdade social possa ser superada.
 - (E) ampliar a participação dos membros governamentais, sobretudo na função de presidentes dos referidos conselhos, e torná-los corresponsáveis pela operação das suas deliberações.
-
30. A relação estabelecida entre as organizações da sociedade civil e do Estado podem provocar alterações na estrutura administrativa do Estado, contribuindo assim, para o desenvolvimento de formas organizacionais mais democráticas. Pode-se citar como variáveis desse processo:
- I. variável do desenho institucional: a escolha do desenho institucional influencia na quantidade e qualidade da participação, ou seja, os arranjos institucionais podem potencializar o exercício do controle social pela sociedade civil e atuar com poder de mobilização popular.
 - II. variável política: o aspecto legal por si só, não é fator suficiente para a garantia do processo participativo, que está ligado também às forças sociais presentes, assim como, o comprometimento dos gestores públicos na partilha do poder.
 - III. variáveis contextuais: relaciona-se com a capacidade de organização política, condição financeira e administrativa para a concretização das demandas, o que pode proporcionar eficácia à participação.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
31. Ao desempenhar suas atividades profissionais, o assistente social deve seguir os fundamentos do seu Código de Ética profissional vigente. Assim, é correto afirmar que
- (A) a concepção ética do referido Código está ligada a valores ético-políticos vinculados aos princípios como a liberdade, a democracia e o compromisso com a classe trabalhadora.
 - (B) o compromisso do profissional com as classes detentoras do poder, que devem corroborar para a efetivação da responsabilidade social, como forma de superação da extrema pobreza está explícito nesse documento.
 - (C) a prática profissional deve pautar-se em valores ético-políticos ligados aos princípios tradicionais inspirados na corrente humanitária.
 - (D) o posicionamento profissional adequado é aquele que segue o princípio da neutralidade, pois não é necessário fazer escolhas e mostrar o seu posicionamento para que seja competente.
 - (E) a orientação profissional parte das novas configurações do conservadorismo fundamentado na incapacidade do Estado em prover os mecanismos adequados e suficientes para o enfrentamento das mazelas sociais.
-
32. O código de ética profissional do assistente social, editado em 1993, traz em seus princípios, uma vinculação ao “processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero”. Esse posicionamento tem correspondência
- (A) na superação do modelo capitalista de produção, que teve seu arrefecimento no início da década de 90 com a crise do petróleo.
 - (B) na incorporação como pressuposto ético da categoria profissional dos assistentes sociais em favor de lutas contra a violência doméstica que atingia muito mais as mulheres, o que ocorreu em parceria com o movimento nacional de luta pela emancipação feminina.
 - (C) nas conquistas históricas que têm correspondência no conjunto das forças sociais democrático-populares e se coloca na perspectiva de superação do conservadorismo no serviço social.
 - (D) nas conquistas históricas que respondem ao novo pressuposto moral e figura no campo da poliarquia estrutural que as sociedades da América Latina estavam experimentando nos anos 90.
 - (E) na superação do antigo modelo de práticas profissionais orientadas pela corrente fenomenológica, cujo pressuposto baseava-se no processo de educação emancipatória.



33. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trata da proteção integral à criança e ao adolescente prevendo, dentre outros, seus direitos fundamentais e o direito à convivência familiar e comunitária. No que se refere à guarda, é correto concluir que
- (A) a guarda assegura à criança ou adolescente a condição de dependente previdenciário do guardião.
 - (B) a prestação de assistência material à criança ou adolescente, para todos os casos de guarda, fica sob a responsabilidade do guardião, isentando os pais de qualquer responsabilidade.
 - (C) a perda e a suspensão do poder familiar poderão ser determinadas pelo Conselho Tutelar.
 - (D) os casos de maus-tratos do guardião contra criança ou adolescente serão comunicados ao Conselho Tutelar apenas com permissão do respectivo responsável.
 - (E) o impedimento da realização de visitas pelos pais é automático no deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiro.
-
34. A adoção constitui-se como uma medida excepcional e irrevogável estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É correto afirmar que
- (A) o adotante deve ser maior de dezoito anos, independentemente do seu estado civil.
 - (B) não é necessário comprovar nos casos de adoção conjunta, que os adotantes sejam casados civilmente ou que mantenham união estável.
 - (C) a adoção realizada na mesma cidade de origem da criança e/ou adolescente dispensa a realização do estágio de convivência.
 - (D) para os casos de adoção internacional, há exigência de estágio de convivência de 30 dias no território de origem da família adotante, sendo dispensado o estágio no território nacional.
 - (E) o prenome da criança e do adolescente em nenhuma hipótese, poderá ser modificado.
-
35. O assistente social no exercício de sua atribuição profissional, no âmbito do Ministério Público, foi chamado a opinar em relação ao desabrigo institucional de uma criança, cujo motivo inicial para a institucionalização teria sido a situação de vulnerabilidade social da família. Neste contexto, as decisões devem pautar-se no Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelece:
- (A) a inclusão de criança e adolescente em instituição de abrigo deve considerar a oferta de vagas no município, em caso de inexistência das mesmas poder-se-á recorrer aos serviços disponíveis na região, pois a condição de vulnerabilidade e pobreza por isso só, indicam o abrigo imediato.
 - (B) a desinstitucionalização de crianças e adolescentes depende necessariamente da autorização e concordância de todos os seguintes órgãos e serviços: Poder Judiciário, Conselho Tutelar e serviços das diversas políticas sociais.
 - (C) toda ação no sentido de rever processos de abrigo alicerça-se no artigo 19 da Lei nº 8.069/90 na qual se define como primazia o bem-estar da criança e adolescente sem levar em conta o convívio familiar.
 - (D) a inclusão primeiramente numa família substituta, conforme prevê em seu artigo 19, parágrafo 2º. No entanto, isso só poderá ser feito após seis meses de ingresso da criança no abrigo, pois esse é o tempo mínimo de permanência uma vez abrigado.
 - (E) a manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em programas de orientação e auxílio.
-
36. A Política Nacional do Idoso instituída trouxe um arcabouço legal para
- (A) estabelecer que a porta de entrada do atendimento ao idoso, em geral, é a política pública de assistência social por sua situação de vulnerabilidade em decorrência do ciclo de vida.
 - (B) responsabilizar unicamente a União pelo financiamento dos programas destinados aos idosos, considerando que tais programas são de alta complexidade e estão sob a responsabilidade, execução e supervisão das outras esferas de governo.
 - (C) assegurar os direitos sociais do idoso criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.
 - (D) estimular a criação de alternativas de atendimento ao idoso que necessite ser afastado da convivência, nas entidades não governamentais de longa permanência, em detrimento do serviço de acolhimento institucional público.
 - (E) definir que a saúde e a previdência social são as políticas públicas prioritárias que devem prestar atendimento a esse segmento populacional.



37. A Constituição Federal de 1988 possibilitou um rompimento com a lógica da organização das políticas sociais até esse período e, dentre elas, a política de saúde. Para a concretização do dispositivo constitucional, foi instituído o Sistema Único de Saúde – SUS, cujo modelo prevê
- (A) a garantia do acesso universal apenas para o nível de atenção básica, deixando para os níveis de média e alta complexidade os casos de maior vulnerabilidade social.
 - (B) a definição da participação paritária da rede pública e da rede privada, considerando que essa forma de organização dá maior liberdade de escolha para os usuários dos serviços.
 - (C) o atendimento privado realizado de forma complementar ao serviço público, dando-se preferência para as instituições lucrativas, que possuem melhor estrutura, o que pressupõe, qualidade no atendimento público.
 - (D) a responsabilização do Estado recaindo exclusivamente na prestação de serviços estratégicos e cumprindo papel regulador do sistema privado.
 - (E) a responsabilização do Estado pelo financiamento e execução dos serviços de saúde e a participação complementar do setor privado na insuficiência do serviço público, cuja preferência é para as instituições filantrópicas.
-
38. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais. Um dos grandes desafios a serem vencidos na garantia dos direitos sociais é o acesso universal aos serviços. Um assistente social do Ministério Público foi chamado a atuar num procedimento no qual se requeria direito aos medicamentos. Neste caso, a conduta desse profissional deve pautar-se por
- (A) estabelecer, no âmbito do Ministério Público, uma triagem de avaliação dos níveis de vulnerabilidade e necessidade social com o objetivo de solicitar à Secretaria Municipal de Assistência Social que garanta o acesso ao medicamento requerido.
 - (B) posicionar-se a favor da garantia do acesso aos medicamentos considerando o disposto no Art. 6º, inciso I que, ao tratar das execuções e ações incluídas no SUS, afirma, na alínea d, que estas correspondem à assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, sugerindo, no âmbito de sua atribuição, que seja requerida a atenção da Secretaria Municipal de Saúde.
 - (C) posicionar-se a favor da garantia de acesso a esse direito, mas ressaltar a importância de proceder a avaliação pelo setor de serviço social da secretaria municipal de saúde para avaliar a real necessidade do solicitante.
 - (D) considerar o disposto no Art. 6º, inciso I, ao tratar das execuções e ações incluídas no SUS, que afirma, na alínea d, que estas correspondem à inclusão de farmacêutica, ressaltando que medicamentos não previstos na relação básica do Ministério da Saúde não são considerados de responsabilidade pública.
 - (E) avaliar se há correspondência do solicitante com sua inscrição no Cadastro Único que serve de base para garantir direito aos mais vulneráveis, primando assim pelo princípio de economicidade na administração pública.
-
39. O assistente social, ao intervir cotidianamente nas expressões e manifestações da questão social, depara-se com situações que exigem aptidão para
- (A) estruturar o seu trabalho de forma a mostrar a sua capacidade de obter o consenso para abafar os conflitos sociais existentes.
 - (B) atuar na desordem provocada pelas camadas populares, e ser conhecedor dos aparelhos do Estado que possam responsabilizar os indivíduos em situação de vulnerabilidade.
 - (C) saber utilizar as estratégias adequadas para ater-se nas tarefas burocráticas determinadas pelo empregador e não ir além do que foi solicitado, o que extrapola o objeto de sua intervenção profissional.
 - (D) compreender a dinâmica das relações sociais, as formas como se estabelecem, as suas tendências, bem como as alterações no contexto social mais amplo.
 - (E) olhar com naturalidade para as múltiplas expressões da questão social que já estavam previstas e ter ciência que é somente com a intervenção e equilíbrio do mercado que poderão ser minimizadas, além de contar com algum suporte do Estado.
-
40. As relações sociais capitalistas são determinantes para a existência da questão social e das classes subalternas. Maria Carmelita Yazbek (1993), afirma que a subalternidade
- (A) é expressa pela renda e, sobretudo pela formação profissional que permite ascender na carreira e galgar nova condição de vida. Desta forma, a principal luta social coloca-se em torno da formação e profissionalização.
 - (B) é resultante direta das relações de poder na sociedade, que se expressa, não apenas pelas circunstâncias econômicas, sociais, políticas e culturais, mas nas atitudes mentais dos próprios pobres e de seus interlocutores na vida social.
 - (C) e a pobreza não podem ser definidas a partir da categoria renda, pois ambas se confundem com a história cultural e familiar, levando em conta também a capacidade de organização da comunidade na qual se inserem.
 - (D) deve ser considerada como homogênea no que concerne ao feixe de necessidades e requisições que a classe subalterna coloca como pauta para o Estado em torno das políticas sociais.
 - (E) tem origem na desigualdade social e na composição numerosa das famílias, além da impossibilidade da esperança e organização social.



41. A política social inscrita na Constituição Federal de 1988 marca um novo desenho para o Estado brasileiro, preconizando
- (A) a centralização político-administrativa no âmbito da esfera federal tendo como princípio organizador a integração social.
 - (B) o estabelecimento da relação do Estado com a sociedade civil por meio do aprimoramento e fortalecimento de estruturas técnico-burocráticas.
 - (C) a conciliação entre as proposições de reformas no campo social e a adoção de mecanismos de estabilização econômica, reafirmando o caráter de modernização conservadora.
 - (D) a universalidade do atendimento, a descentralização político-administrativa e a transparência.
 - (E) a organização com prevalência dos interesses econômicos e privados, sendo marcada pela mercantilização dos serviços sociais.
-
42. Segundo Evaldo Vieira (2004), a política social expressa e carrega encargos do Estado materializados em serviços e atividades de natureza pública e geral. Sobre esse tema, o autor acrescenta:
- I. tais encargos também se voltam à reprodução da força de trabalho da qual o capitalismo não pode prescindir.
 - II. a política social no regime liberal-democrático não deixa de germinar nos interesses e embates políticos.
 - III. reveste-se de forma legal, prevalecendo, em muitas ocasiões, às injunções do mercado capitalista.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
43. O assistente social faz uso de alguns instrumentos técnicos em seu trabalho. Pode ser considerado como instrumento utilizado pelo profissional
- (A) o relatório social, que registra o que foi observado, e contém as informações coletadas, propiciando a compreensão de determinada realidade social.
 - (B) a entrevista social combinada com a anamnese, que tem por finalidade única colher subsídios para a compreensão da principal queixa trazida pelo assistido e, conseqüentemente, indicar a melhor forma de tratamento para o fato apresentado.
 - (C) o plantão social para prestar atendimento às necessidades imediatas do indivíduo marginalizado, e empatia que cumpre o objetivo de criar condições favoráveis para uma futura intervenção.
 - (D) o aconselhamento social, que se constitui em uma modalidade mais utilizada para o atendimento dos casos direcionados para famílias desestruturadas.
 - (E) o diagnóstico social da situação-problema, anamnese, que oferece os elementos do histórico do indivíduo anterior ao seu nascimento e catarse que proporciona liberdade de expressão ao usuário sobre a sua vida.
-
44. Foi solicitado a um assistente social que atua junto ao Ministério Público elaborar um estudo social que envolve a requisição de direito de um adolescente referente ao acesso aos serviços de saúde mental. O estudo social é um procedimento que tem como objetivo
- (A) exercer a vistoria, solicitada ou determinada, sempre que a situação exigir um parecer do assistente social.
 - (B) oferecer informações para as autoridades competentes com base, exclusivamente, nos depoimentos dos adolescentes.
 - (C) conhecer com profundidade e de forma crítica uma determinada situação, especialmente em seus aspectos socioeconômicos e culturais.
 - (D) manifestar sucintamente a situação social na qual se envolveu o adolescente, sem, contudo ter caráter conclusivo.
 - (E) conhecer profundamente a situação com base nos fatos relatados no processo judicial e na visita domiciliar.



45. A formação teórico-metodológica do assistente social tem como um de seus elementos constitutivos a compreensão do ser social e do trabalho. José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006), ao tratar do tema, afirmam:
- (A) No desenvolvimento do ser social existem esferas de objetivação que se autonomizaram das exigências imediatas do trabalho. O trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho.
 - (B) O ser social é resultante da práxis que pode e deve ser considerada exclusivamente no trabalho, pois os produtos resultantes da práxis estão circunscritos no campo material.
 - (C) O fenômeno humano não pode ser considerado um produto do processo histórico. Nesta linha, a abordagem de suas vulnerabilidades é resultante de fenômenos conjunturais.
 - (D) O trabalho transforma apenas a matéria natural, indicando que sua interferência na formação do ser social não corresponde ao metabolismo entre a sociedade e a natureza.
 - (E) A relação entre o ser social e o trabalho não é categoria fundante para instruir o campo de formação teórico-metodológica da formação profissional do assistente social.
-
46. A prática profissional do assistente social com comunidades vem, ao longo dos anos, assumido diferentes interpretações. Essa abordagem, deve considerar
- (A) os sujeitos individuais e coletivos; os valores que orientam os sujeitos da comunidade; os projetos de sociedade que defendem; os formatos organizacionais que postulam e os meios que utilizam para sua transformação.
 - (B) os sujeitos individuais e coletivos; os projetos de sociedade que defendem e os formatos organizacionais pelos quais se pautam. No entanto, as definições metodológicas e estratégicas não podem e nem devem considerar o campo axiológico, pois este não pode ser mensurado.
 - (C) a necessidade das comunidades desenvolverem um caminho de absorção dos modos de gestão local, que considere suas lideranças instituídas de forma vocacional e com perspectivas essencialmente hierarquizadas.
 - (D) os procedimentos e os modos da comunidade de ação com perspectiva a-histórica, com foco na conjuntura atual.
 - (E) a abordagem comunitária como superada, no âmbito da prática profissional do serviço social, o que se deu pelo enfoque de matricialidade familiar em todas as políticas sociais, a partir da Constituição de 1988.
-
47. O assistente social, em sua atuação profissional, possui a competência de elaborar projetos sociais. Esses projetos, podem ser compreendidos pela
- (A) pequena abrangência que podem alcançar, não obtém impactos com mudanças mais perenes.
 - (B) elaboração de forma isolada, não fazem parte de programas e políticas mais ampliadas.
 - (C) sua realização em curto prazo, não permite reformulação, sendo uma solução de âmbito estritamente técnico.
 - (D) praticidade e agilidade, possibilitam participação de vários atores, estabelecimento de parcerias e o enfrentamento de problemas sociais com organização.
 - (E) objetividade de sua intervenção, sendo adequada para situações mais complexas que envolvem mudança nas relações sociais.
-
48. Na avaliação de programas sociais há especificidades que podem ser destacadas com relação
- I. à metodologia: possibilita a avaliação do desempenho do programa, por meio da obtenção, combinação e comparação dos dados e metas.
 - II. à finalidade: que permite identificar a efetividade e eficácia dos programas.
 - III. ao papel: atua na verificação de eventuais falhas, o que possibilita corrigir ou confirmar rumos, além de aferir os méritos do programa durante sua elaboração.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.



49. Ao compor a equipe de trabalho no Ministério Público, um assistente social foi solicitado a participar de uma fiscalização em uma instituição para idosos de longa permanência, de caráter não governamental. Esta atividade configurou-se como processo de avaliação que tem por objetivo
- (A) conhecer o desenvolvimento das ações de um determinado serviço de forma a ultrapassar a dimensão aparente dos resultados, buscando compreender melhor as propostas previstas e as ações empreendidas, considerando para além das dimensões meramente operacionais, mas também sua dimensão política, que perpassa todo o processo desde a proposição até o alcance de metas e objetivos.
 - (B) realizar uma atividade teórica, cuja concepção da proposta e a realidade da ação não permitem introduzir novos elementos que não tenham sido compostos no projeto inicial, permitindo assim uma análise simétrica e administrativa dos componentes de análise institucional.
 - (C) aferir resultados pautados em metas quantitativas, pois estas expressam a realidade de forma mais concreta. Não se pode considerar neste tipo de ação as evidências da dimensão política, pois contribuiriam para ofuscar a realidade concreta das metas contratadas, na medida em que expressam o convênio firmado com o Poder Público Local em relação ao cumprimento do direito do idoso.
 - (D) cumprir os reclamos do cidadão requerente e, para tanto, se deve elaborar um plano de visitas sequenciais às quais só podem acontecer com a presença da equipe técnica, o CMDCA e as demais autoridades que tratam dessa política setorial no âmbito do Poder Local.
 - (E) construir um dossiê com informações pautadas pela orientação técnica e administrativa, pois num processo avaliativo de serviços socioassistenciais não pode ser considerada a dimensão política da avaliação que se expressa pelas estratégias de intervenção previstas na atenção aos direitos sociais.
-
50. O assistente social ao atuar no Ministério Público, terá como uma de suas competências profissionais
- (A) realizar inquirição da criança, adolescente e/ou família com o intuito de constituir prova para compor o relatório criminal contribuindo assim, para o julgamento do juiz.
 - (B) atuar como operador do direito no campo da investigação para eventual responsabilização da família sobre a situação apresentada.
 - (C) realizar a escuta judicial da criança, adolescente e/ou família para que possa contribuir para o depoimento profissional como testemunha, prestando informações sobre fatos, principalmente aqueles que tomou conhecimento em decorrência de seu exercício profissional.
 - (D) prestar assessoria aos integrantes do Ministério Público nos processos que sejam necessários apresentar o parecer social.
 - (E) elaborar laudos periciais judiciais que constem os elementos das provas colhidas pelo profissional no depoimento sem dano, sobretudo nas situações de responsabilização da família.
-
51. Na política de proteção social, a metodologia de trabalho com a família que se encontra em situação de vulnerabilidade deve ser orientada para
- (A) uma consciência a-crítica sobre a família e se ater nas situações conforme elas se apresentam, em sua aparência, que já são suficientes para dar os subsídios necessários para a intervenção profissional.
 - (B) o estabelecimento de estratégias que possam propiciar o desenvolvimento das capacidades da família em mobilizar seus recursos, com vistas à superação da condição de vulnerabilidade.
 - (C) uma prática direcionada à promoção social da família, compreendendo-a como aquela que necessita ser ajustada aos padrões de conduta de socialização do sistema capitalista.
 - (D) o desenvolvimento de um planejamento com a participação somente dos técnicos, sem envolvimento da família usuária do serviço.
 - (E) o conceito de família estabelecido nas regulamentações da área social, complementares à Constituição Federal de 1988, que a definem por um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos.
-
52. Atualmente, a maioria das políticas sociais tem como orientação o enfoque na família. Sobre esse ponto, Regina Miotto (2004), ao tratar sobre a abordagem familiar na política social, afirma que
- (A) as famílias devem ser consideradas a partir das responsabilidades da mulher na proteção de seus membros. O trabalho deve ter foco no fortalecimento dessa responsabilidade exclusivamente feminina.
 - (B) deve ser configurado um modelo de família padrão com papéis devidamente definidos na responsabilização da proteção dos seus membros e, para efeito de classificação, cada família deverá compor um cadastro garantindo nomenclaturas estruturadas e desestruturadas.
 - (C) família é aquela que responde diretamente ao laço de consanguinidade, sendo que os demais arranjos não podem ter os mesmos direitos perante a garantia de direitos e de proteção.
 - (D) é preciso tornar a família um espaço do cuidado, sujeito de direitos, reconhecendo as transformações societárias, e pensando-a dentro do contexto social inclusivo.
 - (E) os diferentes arranjos familiares devem e podem ser considerados na atenção às políticas públicas, desde que estas estejam na situação limite de vulnerabilidade e que não apresentem indícios de descompromissos com as condicionantes postas por essas políticas sociais.



53. Segundo Ermínia Maricato (2011), em análise sobre a questão habitacional no país, pode-se compreender que
- (A) o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) foi instituído por um projeto de lei de iniciativa popular.
 - (B) o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi aprovado para atender uma reivindicação do movimento social, em geral.
 - (C) o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) configura-se como uma proposição do empresariado da área da construção civil para atender à população de baixa renda.
 - (D) os estudos de especialistas na área de política urbana, afirmam que a política de habitação deve ser realizada de forma desvinculada da política fundiária.
 - (E) a política habitacional deve ser tratada de forma independente da questão urbanística.
-
54. O assistente social possui instrumentos legais, que oferecem as bases para a sua intervenção profissional. Nesta linha, o projeto de trabalho do profissional
- (A) é um documento específico do profissional e a ele restrito, e cabe a sua publicização, o que contraria as normativas estabelecidas, sobretudo nas prerrogativas do Código de Ética Profissional.
 - (B) é essencial para possibilitar o desenvolvimento de ações pragmáticas que são respaldadas pelas teorias sobre o estudo dos próprios fatos, o que confere uma direção mais objetiva da atuação profissional.
 - (C) constitui-se na materialização de suas proposições demonstrando a tecnificação do agir profissional, sendo capaz de explicitar com clareza as ações que serão desenvolvidas com vistas à adaptação social dos indivíduos objeto da intervenção profissional.
 - (D) deve ter, como ponto de partida, a vertente estruturalista que oferece as ferramentas mestras necessárias para a compreensão do fenômeno que se revela em sua aparência com referencial dialético-crítico.
 - (E) possui caráter político devendo expressar o compromisso com a emancipação dos usuários dos serviços, apontando para a possibilidade de intervenção e transformação de determinada realidade.
-
55. A dimensão interventiva do trabalho profissional do assistente social deve adotar a pesquisa como
- (A) necessidade de conhecer a realidade, mais voltada para sua dimensão quantitativa, uma vez que esta pode permitir fazer generalizações e é essa a necessidade premente do profissional no exercício da prática cotidiana.
 - (B) indispensável, e priorizar a pesquisa qualitativa, pois as aproximações numéricas não coadunam com a realidade social própria do cotidiano profissional.
 - (C) expressão da intrínseca relação entre teoria e prática, colocando-se de forma central na formação e no cotidiano profissional.
 - (D) um instrumento adequado ao momento do planejamento, pois em outras atividades profissionais a pesquisa limita-se a leitura da realidade da condição de vida dos usuários e suas famílias.
 - (E) processo de reflexão-ação que sempre deve estar coadunado com as explicações do campo teórico-metodológico, lançando mão de forma eclética das diferentes vertentes analíticas.
-
56. A Previdência Social, a partir da Constituição Federal de 1988, trouxe um novo padrão de regulação social do Estado, o que pode ser verificado com o estabelecimento de
- (A) inequivalência e diferenciação dos planos de previdência entre os trabalhadores rurais e urbanos.
 - (B) piso de um salário-mínimo para todos os benefícios previdenciários.
 - (C) redutibilidade do valor dos benefícios, conforme a situação apresentada.
 - (D) benefícios decorrentes do sistema contributivo e responsabilização orçamentária e financeira com os benefícios não contributivos.
 - (E) manutenção da idade já prevista anteriormente para as aposentadorias rurais.



57. Os benefícios sociais de transferência de renda, advindos do Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada, estão no escopo da política de assistência social. O profissional de serviço social deve entendê-los como
- (A) uma benesse que o Estado oferece para os cidadãos brasileiros que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social e, portanto, não podem atingir patamares de universalidade.
 - (B) parte das estratégias dos governos que adotam programas paliativos e, com isso, desrespeitam o campo dos direitos sociais, pois transferência de renda não pode ser considerada uma forma de direito.
 - (C) um caminho para construir a justiça social e o fortalecimento da democracia, no entanto, esses benefícios não compõem o âmbito da política de assistência social, pois seu atual sistema de gestão se dá pelas políticas de educação e saúde.
 - (D) uma das estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais, muito embora ainda tenham desafios como a universalidade e equidade, além da necessidade de integrar os benefícios e serviços.
 - (E) benefícios sociais de caráter continuado e de atenção exclusiva dos governos municipais, portanto, as reclamações por direitos devem sempre ser direcionadas para a responsabilização das secretarias de saúde e educação dos municípios.
-
58. As análises sobre a crise na previdência social têm diferentes interpretações, mas a imputação da deterioração das contas públicas como sua causa, fundamenta-se
- (A) no favorecimento e na competitividade do capital e não na priorização das políticas sociais que tiveram seu reflexo no modo de gestão da vida social.
 - (B) no aumento exacerbado da previdência privada que fez com que houvesse remissão de receita na previdência dos servidores públicos.
 - (C) no fato de que a crise da previdência acarretou a crise econômica e não ao contrário.
 - (D) na lógica de que a crise da previdência que gerou de forma isolada o déficit das contas públicas como um todo.
 - (E) no fato de ter resistido ao avanço da privatização e a não contribuição prévia do trabalhador rural.
-
59. O assistente social ao atuar no Ministério Público estará inserido em um ambiente de trabalho que possui profissionais de outras áreas de formação. Nesse sentido, a ação interdisciplinar se configura como
- (A) busca de um saber genérico.
 - (B) simplesmente uma acumulação de visões parciais.
 - (C) uma abordagem sintetizadora.
 - (D) defesa de um conhecimento eclético.
 - (E) afirmação de um saber que deve ser cada vez mais fragmentado.
-
60. A configuração dos espaços institucionais deveria privilegiar a interdisciplinaridade com suas diferentes áreas de conhecimento. Nessa linha, as diferentes formações profissionais podem encontrar pontos de convergência que potencializam suas ações e resultados. Essa afirmação ancora-se nos pressupostos de que
- I. há uma intrínseca relação entre esse pressuposto interdisciplinar e a necessidade de não descartar a disciplinaridade que, por princípio, representa o aprofundamento de aspectos particulares e diferentes enfoques.
 - II. o especialista deve ser concebido sob a égide do contexto global da realidade humana e a segurança do profissional em sua formação específica o torna capaz de dialogar e integra-se com outras áreas.
 - III. a interdisciplinaridade não coaduna com diferentes olhares para o mesmo objeto, sobretudo no que tange ao estudo interdisciplinar e, portanto, não há vinculação entre essa modalidade de estudo e a intersubjetividade.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.